



Parecer do Conselho IGD-PBF - Exercício de 2025

Ente: MORRETES / PR
Período: 2025
Tipo de Prestação de Contas: IGD-PBF
Data de Entrega: 11/03/2026
Versão da Prestação de Contas: Original
Versão do Parecer do Conselho: Original

1. Questões do Tipo de Prestação de Contas - IGD-PBF

1.1 Considerando que o Conselho de Assistência Social é responsável pelo controle social do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, qual a faixa de percentagem dos recursos executados no decorrer do exercício referente ao IGD-PBF foram aplicados pela gestão estadual/municipal no desenvolvimento de atividades que fortaleceram o apoio técnico e operacional do conselho?

Para identificar o percentual, divida o valor gasto nas atividades desenvolvidas para fortalecer o conselho pelo total executado). O resultado indicará o percentual para compor a resposta.

Resposta: Até 3%

1.2 Quais atividades de controle social do PBF o Conselho Municipal/Estadual realiza?

Resolução CNAS/MDS n.º 202, de 25 de julho de 2025, estabelece que caberá aos conselhos de assistência social municipais e do Distrito Federal realizar atividades de acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução e operacionalização do PBF e do CadÚnico em seu âmbito, sem prejuízo de outras fixadas por sua norma de criação, especialmente:

Resposta: Acompanhamento, fiscalização e avaliação da gestão do CadÚnico

Resposta: Acompanhamento, fiscalização e avaliação da gestão de benefícios

Resposta: Acompanhamento, fiscalização e avaliação da gestão de condicionalidades

Resposta: Acompanhamento, fiscalização e avaliação das estratégias utilizadas pela gestão para a inserção das famílias beneficiárias do PBF no SUAS

Resposta: Acompanhamento, fiscalização e verificação das ações de busca ativa de pessoas sem registro civil ou documentação básica para fins de inserção no CadÚnico

Resposta: Articulação com outros conselhos de políticas públicas, defesa e garantia de direitos para fiscalizar a oferta das outras políticas às famílias beneficiárias do PBF

Resposta: Fiscalização da integração e a oferta de serviços que reforcem a proteção social das famílias beneficiárias do PBF

Resposta: Apoio e assessoramento dos CMAS na realização de atividades de participação e controle social do PBF e do CadÚnico

1.3 O Conselho tem uma Comissão de benefícios e transferência de renda?

Resposta: Não

1.4 O Conselho Municipal/Estadual participou do Planejamento Anual das atividades desenvolvidas pela gestão, especialmente naquelas voltadas para a manutenção e aperfeiçoamento do Bolsa Família e o CadÚnico, consequentemente custeadas com os recursos do IGD-PBF?

O §3º do art. 10 da Portaria 1.041/2024 define que as atividades desenvolvidas com os recursos do IGD, deverão ser anualmente planejadas pelo gestor local, de maneira articulada com os diversos atores envolvidos no Programa, entre eles os conselhos de assistência social.

Resposta: Sim

1.5 O conselho inclui nos seus planos de ação as atividades de acompanhamento, fiscalização e avaliação da gestão municipal/estadual do PBF e do Cadastro Único?

Resposta: Sim

2. Questões do Grupo de Contas - IGD-PBF

2.1 O Conselho obteve acesso a todas as informações necessárias para efetivação da sua análise e posterior deliberação a respeito das contas apresentadas?

Resposta: Sim

2.2 Para quais finalidades a gestão municipal/estadual utilizou os recursos do IGD-PBF?

O artigo 11 da Portaria MDS 11.041/2024 define que os recursos do IGD-PBF devem ser utilizados para ações relacionadas à gestão do PBF e do Cadastro Único, desde que tenham um alguma das finalidades citadas pela normativa. Escolha abaixo as ações que mais foram contempladas pelo uso dos recursos dos quais a gestão municipal/estadual prestou contas?

Resposta: Gestão de benefícios

Resposta: Gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família

Resposta: Apoio às atividades de atendimento e acompanhamento das famílias beneficiárias

Resposta: Cadastramento e atualização cadastral do CadÚnico

Resposta: Acompanhamento e fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico

Resposta: Gestão articulada e integrada do PBF, do CadÚnico e dos serviços, programas e projetos do SUAS

Resposta: Implantação, estruturação e manutenção de unidades que realizem atividades de cadastramento, gestão de benefícios e atendimento socioassistencial às famílias beneficiárias do PBF

Resposta: Capacitação das equipes

Resposta: Promoção do desenvolvimento e da autonomia das famílias beneficiárias do PBF

Resposta: Monitoramento, avaliação e estudos de vigilância socioassistencial

Resposta: Aquisição, desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados e demais recursos tecnológicos

Resposta: Apoio aos Conselhos de Assistência Social e fomento à participação social

Resposta: Outras finalidades relacionadas à gestão e à execução descentralizada do PBF e do CadÚnico

2.3 Quais os tipos de despesas realizadas pela gestão municipal/estadual foram custeados com recursos do IGD-PBF?

O artigo 12 da Portaria MDS 11.041/2024 descreve os tipos de despesas que podem ser realizadas com recursos do IGD, desde que respeitadas as finalidades elencadas no artigo 11. Selecione abaixo todos os tipos de despesa que a gestão municipal/estadual realizou com os recursos os quais prestou contas para esse conselho.

Resposta: Pagamento de despesas com pessoal permanente ou temporário (incluindo gratificações e encargos trabalhistas e previdenciários)

Resposta: Contratação de serviços de terceiro

Resposta: Formação e capacitação de recursos humanos

2.4 (Essa questão se aplica apenas aos conselhos ESTADUAIS) Os recursos foram utilizados para a realização de ações de APOIO TÉCNICO para os municípios no âmbito do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único?

Considera-se "apoio técnico" o conjunto de ações direcionadas ao acompanhamento, suporte, assessoria e/ou orientação relacionadas à gestão e operacionalização do PBF e Cadastro Único. Atenção! Somente os conselhos estaduais devem responder a essa questão. Caso você seja um representante do conselho MUNICIPAL clique em "NÃO SE APLICA", pois a resposta a essa questão é obrigatória para a finalização do questionário.

Resposta: Não se aplica (clique aqui se for um CONSELHO MUNICIPAL)

3. Deliberação do conselho

Situação: Aprovada integralmente

4. Lista de conselheiros que participaram da reunião deliberativa

	CPF	Nome	Cargo
X	XXX.959.339-XX	Maria Victória da Cruz	Conselheiro(a) Presidente
X	XXX.289.299-XX	Clodoaldo Tonetti	Conselheiro(a) Titular
X	XXX.042.349-XX	Daniele Cunha dos Santos	Conselheiro(a) Titular
X	XXX.590.599-XX	David Ezequiel da Rosa	Conselheiro(a) Titular
	XXX.260.868-XX	Jaqueline Monteiro Oliveira	Conselheiro(a) Titular
	XXX.862.459-XX	Karen Luiza Miranda	Conselheiro(a) Titular

X	XXX.036.799-XX	Sandra dos Santos Cordeiro	Conselheiro(a) Titular
	XXX.024.509-XX	Sandra Callegari	Conselheiro(a) Titular
	XXX.941.739-XX	Stefany Ostrosvski	Conselheiro(a) Titular
	XXX.010.839-XX	Willian Robson Martins de Freitas	Conselheiro(a) Titular
X	XXX.638.667-XX	Vanessa de Almeida Mariquito	Conselheiro(a) Titular
	XXX.461.199-XX	Diarone do Rosario Filho	Conselheiro(a) Suplente
	XXX.676.229-XX	Dilcenei Consentino Peres	Conselheiro(a) Suplente
	XXX.867.229-XX	Edenize Alves	Conselheiro(a) Suplente
X	XXX.224.319-XX	Fernando Henrique Dias da Costa	Conselheiro(a) Suplente
	XXX.131.179-XX	Flávia Terbeck	Conselheiro(a) Suplente
	XXX.099.029-XX	Gabriel Nunes Silvério	Conselheiro(a) Suplente
	XXX.784.829-XX	Hallana da Graça Carvalho Pereira	Conselheiro(a) Suplente
X	XXX.975.409-XX	Julio Cesar Pereira	Conselheiro(a) Suplente
	XXX.200.459-XX	Poliana Tonetti de Araújo	Conselheiro(a) Suplente
	XXX.032.949-XX	Zilda Triachini Nascimento	Conselheiro(a) Suplente

5. Registro documental do Parecer do Conselho

Data da reunião: 09/03/2026

Número da Ata: 2

Número da Resolução: 04

6. Identificação do responsável pela finalização

Nome Usuário/IP: MARIA VICTÓRIA DA CRUZ / 170.244.203.60

Cargo: Conselheiro(a) Presidente

Autorização: a705b1b1-14bc-4d48-9a2a-922bbf412d3b